

## **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS 3º QUADRIMESTRE DE 2016**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REALIZADA em 17 de Fevereiro de 2017.**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2016, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no átrio da Prefeitura Municipal, na Internet ([www.saojoaodopolesine.rs.gov.br](http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br)) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

Cumprindo informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei. Contudo, fins exclusivos da avaliação das metas, os quadros serão apresentados com saldos acumulados em **31 de dezembro de 2016**.

#### **1. Resultado Primário**

O Resultado Primário tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de janeiro a dezembro de 2016, o resultado primário foi de (R\$ 447.502,99).

### QUADRO 1 – RESULTADO PRIMÁRIO

	Previsão Atualizada	Realizada no Período	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>14.862.748,09</b>	<b>14.240.135,75</b>	<b>95,81%</b>
(-) Rendimentos de Aplicações	46.450,00	40.351,95	86,87%
(-) Deduções da Receita Corrente	2.296.420,00	2.171.194,51	94,55%
<b>1 (=) Receitas Primárias Correntes</b>	<b>12.519.878,09</b>	<b>12.028.589,29</b>	<b>96,08%</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.702.001,46</b>	<b>691.618,71</b>	<b>25,60%</b>
(-) Alienação de Ativos	120.000,00	-	0,00%
(-) Rend.Aplicações (origem em transf de capital)	10.000,00	1.024,54	10,25%
(-) Amortização de Empréstimos	1.000,00	-	0,00%
(-)Operação de Crédito	700.000,00	494.822,71	70,69%
(-) Deduções da Receita de Capital	-	85,50	-
<b>2 (=) Receitas Primárias de Capital</b>	<b>1.871.001,46</b>	<b>195.685,96</b>	<b>10,46%</b>
<b>3 Receitas Primárias Totais (1+2)</b>	<b>14.390.879,55</b>	<b>12.224.275,25</b>	<b>84,94%</b>
	Previsão Atualizada	Realizada no Período	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12.584.636,88</b>	<b>11.855.554,53</b>	<b>94,21%</b>
(-) Juros e Encargos da Dívida	25.800,00	25.697,67	99,60%
<b>4 (=) Despesas Primárias Correntes</b>	<b>12.558.836,88</b>	<b>11.829.856,86</b>	<b>94,20%</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.891.682,36</b>	<b>841.921,38</b>	<b>29,12%</b>
(-) Concessão de Empréstimos	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	100,00	-	0,00%
<b>5 (=) Despesas Primárias de Capital</b>	<b>2.891.582,36</b>	<b>841.921,38</b>	<b>29,12%</b>
<b>6 Despesas Primárias (4+5)</b>	<b>15.450.419,24</b>	<b>12.671.778,24</b>	<b>82,02%</b>
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>500,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
<b>7 Resultado Primário (3 – 6)</b>	<b>(1.059.539,69)</b>	<b>(447.502,99)</b>	<b>42,24%</b>
<b>8 Saldos de Exercícios Anteriores</b>	<b>208.489,69</b>	<b>208.489,69</b>	<b>100,00%</b>
	<b>Observações:</b>		
<b>Detalhamento da Previsão Atualizada da Receita</b>			
Previsão Inicial da Receita	15.143.983,11		
(+)Excesso de Arrecadação Utilizado p/Créditos Adicionais+auxílios e convenios	124.346,44		
(=)Previsão Atualizada da Receita	15.268.329,55		

**Observação:** de acordo com a Portaria STN nº. 553/2014, os recursos provenientes de superávit financeiro identificados no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, que foram utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, bem como os valores referentes aos créditos especiais reabertos no exercício de referência, por pertencerem ao exercício financeiro no qual foram arrecadados, em respeito ao princípio contábil da competência, não poderão ser considerados no cálculo de déficit ou superávit orçamentário, pois representam recursos arrecadados em exercícios anteriores, tais valores, que no período de janeiro a dezembro de 2016, corresponderam a R\$ 208.489,69, foram informados no campo 8, no demonstrativo acima.

## 2. Receita

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total inicialmente previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluído as deduções da receita, foi estimado no montante de R\$ 15.143.983,11. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de R\$ 12.760.474,45, tendo sido arrecadado, portanto 84,26% da meta anual. Esse desempenho foi propiciado, principalmente, pelo resultado das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a 96,39% da programação anual.

O total das Receitas Correntes previstas para o exercício foi de R\$ 12.479.503,11. Os valores realizados corresponderam a R\$ 12.068.941,24. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as Transferências Correntes e as Receitas Tributárias que figuraram, respectivamente com R\$ 12.422.240,02 e 1.271.919,37 da arrecadação bruta.

### QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual Inicial	Realiz. no Período	% Real. Período
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>12.479.503,11</b>	<b>12.068.941,24</b>	<b>96,39%</b>
Receita Tributária	1.349.900,00	1.271.919,37	94,22%
(-) Deduções da Rec Tributária	(281.020,00)	(219.537,19)	78,12%
Receita de Contribuições	80.000,00	67.628,21	84,54%
Receita Patrimonial	46.450,00	118.445,07	254,99%
(-) Ded. De Receita Patrim	-	(185,95)	0,00%
Receita de Serviços	270.400,00	207.950,24	76,90%
Transferências Correntes	12.866.173,11	12.422.240,02	96,55%
(-) Deduç. De Tr. Correntes	(2.015.400,00)	(1.951.462,91)	96,83%
Outras Rec. Correntes	163.000,00	151.952,84	93,22%
(-) Ded. De Outr Rec. Correntes	-	(8,46)	0,00%
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>691.618,71</b>	<b>20,45%</b>
Operaç. De Crédito	700.000,00	494.822,71	70,69%
Alienação de Bens	120.000,00	-	0,00%
Amort. de Empréstimos	1.000,00	-	0,00%
Transfer. De Capital	1.833.480,00	195.771,46	10,68%
Outras Rec. De Capital	10.000,00	1.024,54	10,25%
<b>3 (-) Outras Deduç. da Receita</b>	<b>-</b>	<b>85,50</b>	
<b>Total da Receita</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>12.760.474,45</b>	<b>84,26%</b>

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Impostos</b>	<b>1.296.300,00</b>	<b>1.225.159,48</b>	<b>94,51%</b>
I P T U	410.000,00	381.555,03	93,06%
I R R F	166.300,00	172.315,09	103,62%
I T B I	120.000,00	100.685,34	83,90%
I S S Q N	600.000,00	570.604,02	95,10%
<b>Taxas</b>	<b>53.600,00</b>	<b>46.759,89</b>	<b>87,24%</b>
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	47.600,00	42.269,26	88,80%
Taxas p/ Prestação de Serviços	6.000,00	4.490,63	74,84%
<b>(-) Deduções da Rec Tributária</b>	<b>(281.020,00)</b>	<b>(219.537,19)</b>	<b>78,12%</b>
<b>Total das Receitas Tributárias (Líquido)</b>	<b>1.068.880,00</b>	<b>1.052.382,18</b>	<b>98,46%</b>

### 2.1 - Transferências do FUNDEB

O quadro a seguir evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro de 2016, o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de R\$ 819.565,93, representando 109,28% da previsão anual. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo fundo com R\$ 1.951.445,38 (96,83% do total previsto para o ano). Portanto, a perda acumulada, ao final do terceiro quadrimestre é de R\$ 1.131.879,45.

### QUADRO 3 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real /Previsto</b>
Valores Recebidos do FUNDEB	750.000,00	819.565,93	109,28%
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.015.400,00	1.951.445,38	96,83%
Perda com o FUNDEB	-1.265.400,00	-1.131.879,45	89,45%

## 2.2 Receitas de Capital

Conforme evidenciado no **Quadro 2**, as Receitas de Capital alcançaram 20,45% da previsão inicial para o ano. A maior previsão está na transferência de capital tanto da esfera estadual como federal, cujo valor inicialmente previsto foi de R\$ 1.833.480,00, tendo ingressado R\$ 195.771,46 no período analisado (10,68% do total previsto para o ano). São recursos, oriundos de contratos de repasse, convênios ou instrumentos congêneres celebrados com a União e/ou com o Estado. Tal desempenho, abaixo do esperado, é resultante da forte retração econômica, que tem levado o governo federal e estadual a suspender ou atrasar tais repasses.

Merece destaque a realização de recursos da Operação de Crédito BADESUL – PIMES, autorizada pela Lei Municipal nº 769/2015. O valor total autorizado foi de R\$ 700.000,00, sendo que até 31/12/2016 já haviam sido liberados R\$ 494.822,71, ou seja, 70,69% do total contratado, tais recursos estão sendo aplicados em obras de pavimentação de ruas da cidade e no Distrito de Vale Vêneto.

## 3. Despesa

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total arrecadada no período de janeiro a agosto de 2016, apresentou uma execução superior à despesa total liquidada. Em valores acumulados, a correlação receita total/despesa total foi de 0,99, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 62.998,54. No entanto, cabe ponderar que, se aumentarmos o valor do Superávit Financeiro de exercícios anteriores que foi utilizado até o final de agosto de 2016, para a abertura de créditos adicionais (R\$ 208.489,69), o superávit “real do exercício”, foi de R\$ 271.488,23.

As Despesas Liquidadas, no acumulado do ano, até dezembro de 2016 totalizaram R\$ 12.697.475,91, valor equivalente a 82,04% do total dos créditos autorizados. Analiticamente, o total das despesas correntes realizadas (liquidadas) foi de R\$ 11.855.554,53, correspondendo a 94,21% da previsão atualizada para esta categoria econômica. As despesas de capital (investimentos) realizadas até o final de agosto totalizaram R\$ 841.921,38, ou seja, 29,12% dos créditos autorizados.

**QUADRO 4 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)**

<b>Receita Realizada</b>	<b>Previsão Atualizada</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>(1) Receita Total</b>	<b>15.268.329,55</b>	<b>12.760.474,45</b>	<b>83,57%</b>
<b>Especificação</b>	<b>Créditos Autorizados</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12.584.636,88</b>	<b>11.855.554,53</b>	<b>94,21%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.440.410,04	6.370.612,01	98,92%
Juros e Encargos da Dívida	25.800,00	25.697,67	99,60%
Outras Despesas Correntes	6.118.426,84	5.459.244,85	89,23%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.891.682,36</b>	<b>841.921,38</b>	<b>29,12%</b>
Investimentos	2.888.082,36	841.921,38	29,15%
Inversões Financeiras	3.500,00		0,00%
Amortização da Dívida	100,00		0,00%
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>500,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>(2) Despesa Total</b>	<b>15.476.819,24</b>	<b>12.697.475,91</b>	<b>82,04%</b>
<b>Resultado Orçamentário (1-2)</b>	<b>-208.489,69</b>	<b>62.998,54</b>	
<b>Relação Despesa/Receita (2 / 1)</b>		<b>1,00</b>	

**Observações:**

a) a previsão atualizada, segundo orientações da STN (portaria 553/2014) corresponde a:

Previsão Inicial da Receita	15.143.983,11
(+)Excesso de Arrecadação Utilizado p/Créditos Adicionais+auxílios e convênios	124.346,44
(=)Previsão Atualizada da Receita	15.268.329,55

b) a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e os créditos autorizados (R\$ 208.489,69) corresponde ao montante de recursos de Superávit Financeiro do exercício de 2016 que foi indicado para a abertura de créditos adicionais.



#### 4. Despesa de Pessoal

Conforme evidenciado nos quadros 5 e 6, a Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 42,20% para o Executivo e de 3,10% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 13.033.443,81 e está assim discriminada:

**QUADRO 5 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

<b>Discriminação</b>	<b>Arrecadação dos últimos 12 meses</b>
Receitas Correntes	14.240.135,75
( - ) I R R F s/Rendimentos do Trabalho	167.376,88
( - ) Deduções da Receita Corrente	2.171.194,51
(+ ) Ajustes Perdas c/FUNDEB	1.131.879,45
<b>( = ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.033.443,81</b>

**QUADRO 6 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F**

<b>PODER</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>% RCL</b>	<b>Limite Prudencial</b>	<b>Limite Legal</b>
Despesas com pessoal do Executivo	5.499.642,36	42,20%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	404.243,54	3,10%	5,70%	6%
<b>Total das despesas com pessoal</b>	<b>5.903.885,90</b>	<b>45,30%</b>	<b>57%</b>	<b>60%</b>

#### 5. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (**Quadro 7**), apuradas conforme o Parecer Coletivo nº. 001/2003 e instrução normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 2.950.754,61, o que corresponde a 25,99% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu no limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no **Quadro 3**, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB. Assim nos termos da legislação vigente, a perda deverá ser computada nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, que uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 716.710,62 o que corresponde a 87,44% dos recursos do referido fundo atendendo o dispositivo legal supracitado.

#### **QUADRO 7 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

RECEITAS	PREVISÃO Inicial	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
<b>RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS</b>			
Receitas de Impostos + Multas e Juros + Dívida Ativa	1.347.000,00	1.058.508,47	78,58%
Receitas de Transferências Constitucionais	10.647.000,00	10.293.162,24	96,68%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>11.994.000,00</b>	<b>11.351.670,71</b>	<b>94,64%</b>
<b>Mínimo a Aplicar em M D E (25%)</b>	<b>2.998.500,00</b>	<b>2.837.917,68</b>	<b>94,64%</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
EDUCAÇÃO INFANTIL	847.241,70	830.653,79	98,04%
ENSINO FUNDAMENTAL	1.018.350,00	992.795,46	97,49%
(+) Perda com o FUNDEB	(1.265.400,00)	(1.131.879,45)	89,45%
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.700,00	2.682,39	99,35%
(-) Despesas c/Superávit do FUNDEB		1.891,70	--
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO</b>	<b>3.128.291,70</b>	<b>2.950.754,61</b>	<b>94,32%</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO</b>	<b>25,99%</b>		



## 6. Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 2.401.932,38, o que corresponde a 21,16% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012, conforme abaixo demonstrado:

**QUADRO 8 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

RECEITAS	PREVISÃO (a)	Arrecadação:	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
<b>RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS</b>			
Receitas de Impostos	1.347.000,00	1.058.508,47	78,58%
Receitas de Transferências Constitucionais	10.647.000,00	10.293.162,24	96,68%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>11.994.000,00</b>	<b>11.351.670,71</b>	<b>94,64%</b>
<b>Mínimo a Aplicar em A S P S (15%)</b>	<b>1.799.100,00</b>	<b>1.702.750,61</b>	<b>94,64%</b>
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS:	
		Até o Quadrimestre	%
Administração Geral	7.324,80	6.408,18	87,49%
Atenção Básica	2.447.400,00	2.401.439,10	98,12%
Vigilância Sanitária	200,00	76,40	38,20%
Vigilância Epidemiológica	600,00	86,00	14,33%
Restos a Pagar Liquidados no Exercício	-		
( - ) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	1.400,00	1.799,71	128,55%
(-) Valor Transferido a Consórcio Público (Portaria STN nº 274/2016 )	4.424,80	4.277,59	96,67%
<b>TOTAL APLICADO NO PERÍODO</b>	<b>2.449.700,00</b>	<b>2.401.932,38</b>	<b>98,05%</b>
Fonte: Balancetes contábeis da receita e da despesa orçamentária			
<b>PERCENTUAL APLICADO</b>	<b>21,16%</b>		

**Ainda, com relação aos gastos com saúde mais especificamente na manutenção do Hospital municipal nos três últimos exercício foram aplicado os seguintes recursos:**

EXERCÍCIO	TOTAL APLICADO PARA MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL R\$	RECURSOS PROPRIOS DO MUNICÍPIO R\$	RECUSOS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL R\$	% DE RECURSOS PROPRIOS SOBRE TOTAL APLICADO
2014	1.070.052,31	843.458,93	226.593,38	78,82
2015	1.198.299,06	876.508,99	321.790,07	73,14
2016	1.309.080,43	1.029.812,05	279.268,38	78,66

Fonte: Balançetes contábeis da despesa por fonte de recursos

## 7. Resultado Nominal

Até o final de dezembro de 2016, o Resultado Nominal foi de R\$ 441.870,46, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria nº 553/2014), que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento líquido no período. Por esta metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final período de referência (dezembro de 2016) e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência (dezembro de 2015), sendo que caso o resultado seja positivo = déficit, e caso negativo = superávit. Pelo resultado apresentado houve déficit, pois, em 31/12/2016 a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo de R\$ 749.425,41 superior àquele verificado ao final do período anterior, que era de R\$ 307.554,95.

### QUADRO 9 – RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo Em 31/12/2015	Saldo Em 31/12/2016	Variação %
I – Dívida Consolidada	57.375,13	553.892,47	965,39%
(-) Ativo Disponível	357.498,56	840.819,66	235,20%
(+) Restos a Pagar Processados + Empenhos do Exercício Liquidados a Pagar	573.785,70	995.126,72	173,43%
(+) Outras Obrigações Financeiras	33.892,68	41.225,88	121,64%
II – Dívida Consolidada Líquida	307.554,95	749.425,41	243,67%
III – Receita de Privatizações	-	-	
IV – Passivos Reconhecidos	-	-	
			Resultado Nominal
V – Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	307.554,95	749.425,41	441.870,46
Receita Corrente Líquida	13.033.443,81		

## 8 . RESTOS A PAGAR

O quadro abaixo mostra a evolução dos restos a pagar com insuficiência financeira ao longo dos 05 últimos exercícios financeiros publicados no *site* do Tribunal de Contas do Estado:

EXERCÍCIO	TOTAL RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	RECEITA CORRENTE LIQUIDA R\$	% S/RCL
2012	195.521,27	9.179.804,19	2,12
2013	358.928,93	10.028.245,80	3,57
2014	467.171,97	10.784.929,17	4,33
2015	510.096,16	11.299.072,75	4,51
2016	360.933,60	13.033.443,81	2,76

Também é relevante divulgar que, após o encerramento do exercício de 2012, foram apurados os seguintes débitos de competência daquele ano e anos anteriores:

- a) R\$ 6.670,92 referente a contribuição para o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) do mês de dezembro de 2012;
- b) R\$ 8.224,54 (valor nominal) referente à diferença (pagamento à menor) da contribuição previdenciária devida ao INSS, do mês de agosto de 2012.
- c) *R\$ 44.414,76 (valor nominal) referente ao INSS da construção de 30 casas populares na nova vila são Lucas construídas em 2011 cujo pagamento ocorreu em 15/04/2014.*
- d) *R\$ 32.461,47(valor nominal) referente a execução da 2ª etapa da ampliação do ginásio de esportes da vila ceolin.*

## COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que:

a) O Resultado Primário do período foi de R\$ (447.502,99) o qual, embora tenha sido influenciado em parte pela realização de despesas suportadas por recursos do superávit financeiro de exercícios anteriores (R\$ 208.489,69) demonstra, mesmo assim que a Administração Municipal teve dificuldade de quitar todos os seus compromissos, com recursos de seu próprio esforço de arrecadação. Razão disso é que se verifica que 58,77% do total dos investimentos realizados (R\$ 841.921,38), foi viabilizada a partir de recursos de operação de crédito.

b) No período de janeiro a dezembro de 2016, a execução orçamentária da receita e da despesa apresentou superávit nominal, total, de R\$ 62.998,54, influenciado em parte pelo aproveitamento do superávit financeiro de determinadas fontes de recursos que foram utilizados para a abertura de créditos adicionais.

c) O desempenho das principais receitas do Município, principalmente as originadas de transferências da União, a exemplo do FPM (desconsiderando os recursos da repatriação) e do Estado (ICMS), ficou abaixo do esperado.

d) Nos últimos anos temos enfrentado sérias dificuldades no recebimento de repasses de recursos do Estado, destinados à saúde. Este fato, aliado às demais dificuldades, tem forçado a Administração Municipal a aportar recursos muito superiores ao Mínimo exigido legalmente para as Ações e Serviços Públicos de Saúde. Conforme se pode verificar no Quadro 8 desse relatório, foram destinados recursos próprios para a saúde no montante de R\$ 2.401.932,38, o que representa um percentual de 21,16%, ao passo que a Constituição e a LC nº 141/2012 exigem 15%. Assim, em termos financeiros, houve um repasse a maior de R\$ 699.181,77, para o financiamento de Ações e Serviços Públicos de Saúde. Tal montante, aplicado a maior, embora destinado principalmente ao atendimento direto à população, tem implicado na falta de recursos para outras áreas, também prioritárias.

e) O quadro abaixo demonstra o desempenho das receitas oriundas de transferências correntes da União e do Estado

	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
<b>Transferências da União</b>	<b>8.682.000,00</b>	<b>8.661.009,79</b>	<b>99,76%</b>
Cota parte do F P M + Cota Extra	7.870.000,00	7.798.587,28	99,09%
Cota parte do I T R	7.000,00	5.882,30	84,03%
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	20.000,00	13.924,60	69,62%
Cota Parte Fundo Especial do Petróleo	80.000,00	61.102,78	76,38%
PAB - Parte Fixa	80.000,00	72.444,71	90,56%
PAB - Parte Variável	280.000,00	324.936,00	116,05%
Outras Transferências do SUS	56.000,00	61.768,49	110,30%
Transferências do F N A S	87.000,00	140.590,00	161,60%
Transferências do F N D E	190.000,00	157.371,34	82,83%
Transf.de Convênios com União			0,00%
Outras Transferências da União	12.000,00	24.402,29	203,35%
<b>Transferências do Estado</b>	<b>3.413.173,11</b>	<b>2.931.646,77</b>	<b>85,89%</b>
Cota Parte do I C M S	2.400.000,00	2.142.795,17	89,28%
Cota Parte do I P V A	300.000,00	305.226,55	101,74%
Cota Parte do IPI / Exportação	50.000,00	26.763,87	53,53%
Cota parte da C I D E	10.000,00	11.348,89	113,49%
Transf. do Fundo Est. Saúde (FES)	254.100,00	204.609,21	80,52%
Transf.de Convênios com Estado	395.473,11	240.857,42	60,90%
Outras Transferências do Estado	3.600,00	45,66	1,27%

f) Como se vê, a realidade atual do Município não é diferente daquela vivenciada pelos demais municípios gaúchos. Isso obrigou o Poder Executivo a adotar uma série de medidas tendentes a adequar suas despesas à sua capacidade de arrecadação, deforma a evitar, o tanto quanto possível, o descompasso na relação receita/despesa.

g) Quanto aos Restos a Pagar ficou evidenciado que o valor informado no item 8 ao final do exercício de 2016 não compromete o equilíbrio financeiro do município uma vez que em comparação com a receita corrente líquida o índice de 2,76% é perfeitamente aceitável na atual conjuntura econômica que vive o País.

h) por fim, em que pese o quadro de dificuldades, cabe ponderar que as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo encontram-se abaixo dos limites legais e que os gastos constitucionais obrigatórios com Educação e Saúde se encontram acima dos percentuais mínimos estabelecidos, demonstrando, de modo geral, o cumprimento da Constituição Federal.

São João do Polêsine, aos 17 de fevereiro de 2017.

**CLÓVIS COLETTO**  
Contador

**“Ninguém conhece tudo,  
Ninguém ignora tudo,  
Ninguém jamais conhecerá tudo,  
Ninguém jamais ignorará tudo,  
Por isso a vida é um eterno aprender.”**

**Paulo Freire (Com adaptações)**

**Frase retirada do livro de Contabilidade Pública –  
Prof. Francisco Glauber Lima Mota.**